



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ - UFOPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
CURSO DE LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA**

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS LOPES

**MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE
DE SANTARÉM-PA (1964 – 1985)**

Santarém-PA

2017

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS LOPES

**MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE
DE SANTARÉM-PA (1964 – 1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito para obtenção de nota no Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia do Instituto de Ciências em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.
Orientador Prof. Msc. Diego Marinho de Gois.

Santarém - PA

2017

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS LOPES

**MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE
DE SANTARÉM-PA (1964 – 1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, apresentado como requisito para obtenção de nota no Curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia do Instituto de Ciências em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

Orientador Prof. Msc. Diego Marinho de Gois.

Conceito:

Data de Aprovação ____/____/____

Orientador Prof. Msc. Diego Marinho de Gois.
Universidade Federal do Oeste do Pará

Avaliador:
Universidade Federal do Oeste do Pará

MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE SANTARÉM-PA (1964 – 1985)¹

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS LOPES

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo, investigar a ditadura civil-militar na cidade de Santarém-PA, por meio das memórias das pessoas que participaram dos acontecimentos naquele contexto. Para responder a problemática abordada, e atender a temática e a contextualização do processo que envolveu o impacto social causado pela ditadura civil-militar em Santarém-PA, realizamos um diálogo com a historiografia, observando a ideia de Michel de Certeau (1982) para discutir os autores: Lucila de Almeida Neves Delgado (2010), Caio Navarro de Toledo (2004), Marcos Napolitano (2014), Carlos Fico (2017), Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes (2014) e outros estudiosos que nos ajudam a entender o tema. Para se chegar ao objeto do trabalho, desenvolvemos um estudo de campo, por meio de entrevistas com moradores de Santarém que vivenciaram aquela época. O método que orientou a pesquisa, bem como os relatos dos entrevistados, foi a metodologia da história oral temática, conforme propõe Verena Alberti (2013). Trabalhamos com os conceitos de memória, a partir de Júlio Pimentel Pinto (1998); Maria Aparecida Aquino (2014) e Michael Pollack (1992), que possibilitou entender a complexidade da memória, como objeto de estudo da história.

PALAVRAS CHAVE: História Oral; Memória; Ditadura Civil-Militar; Santarém-PA.

ABSTRACT

This article aims to investigate the civil-military dictatorship in the city of Santarém-PA, through the memories of the people who participated in the events in that context. In order to respond to the problematic approach and to attend to the thematic and contextualisation of the process that involved the social impact caused by the civil-military dictatorship in Santarém-PA, we conducted a dialogue with historiography, observing the idea of Michel de Certeau (1982) to discuss the authors: Lucila de Almeida Neves Delgado (2010), Caio Navarro de Toledo (2004), Marcos Napolitano (2014), Carlos Fico (2017), Jorge Ferreira and Angela de Castro Gomes (2014) and other scholars who help us understand the theme. In order to arrive at the object of the work, we developed a field study, through interviews with residents of Santarém who experienced that time. The method that guided the research, as well as the reports of the interviewees, was the methodology of oral history, as proposed by Verena Alberti (2013). We work with the concepts of memory, based on Júlio Pimentel Pinto (1998); Maria Aparecida Aquino (2014) and Michael Pollack (1992), who made it possible to understand the complexity of memory as an object of study of history.

Keywords: Oral History; Memory; Civil-Military Dictatorship; Santarém-PA.

¹ A escolha do termo usado neste trabalho “Ditadura Civil-Militar” se deu devido ao entendimento que o golpe de Estado que derrubou João Goulart da Presidência da República, no dia 02 de abril de 1964, foi civil- militar. Uma vez que os militares apoiados pela sociedade civil concretizaram o regime militar.

MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NA CIDADE DE SANTARÉM-PA (1964 – 1985)¹.

ANA CLÁUDIA DOS ANJOS LOPES²

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo, investigar a ditadura civil-militar na cidade de Santarém-PA, por meio das memórias das pessoas que participaram dos acontecimentos naquele contexto, no período de 1964 a 1985. Para se chegar à proposta do trabalho, optamos em entender este momento histórico da cidade, por meio da história oral que segundo Verena Alberti, dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como: “método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados” (ALBERTI, 2013, p. 24).

Dessa maneira, torna-se viável entender de que forma os fatos ocorridos em nível nacional em relação à ditadura civil-militar repercutiram em Santarém, cidade localizada nas confluências dos rios Amazonas e Tapajós, no Oeste do Estado do Pará, principalmente, no período em que foi considerada como Área de Segurança Nacional (1968-1984). Em relação à inclusão de vários municípios como área de interesse da Segurança Nacional Anselmo Alencar Colares pondera:

A justificativa, os motivos e o procedimento para que um município fosse “contemplado” como “de interesse da Segurança Nacional”, embora apresentasse alguma variação quanto ao anunciado, quase sempre tinha como causa mediata uma forte motivação política, visando anular ou impedir a formação de focos de resistência e rebeldia. Constituía-se, portanto, na “segurança” de quem controlava o poder, sobre os seus contestadores. (COLARES, 1997, p. 01).

Nesse contexto, Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes opinam que tais medidas se faziam necessárias por acreditar que o inimigo não estava apenas no exterior, mas, sim dentro do próprio país, referindo-se aos “inimigos internos” que desenvolveriam a Guerra Revolucionária, tratava-se, portanto, das organizações de esquerdas como: Ligas Camponesas, movimento sindical e os comunistas. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 138).

No entanto, para desenvolver o objetivo desta pesquisa, foram entrevistadas quatro pessoas que vivenciaram direta ou indiretamente a ditadura civil-militar em Santarém e aceitaram dividir conosco suas experiências sobre este período da História local. Vale ressaltar

¹ Trabalho apresentado à Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) como requisito de conclusão do curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia, com ênfase em História.

² Graduanda em Licenciatura Integrada em História e Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: ana.baseclaudia@gmail.com.

que o trabalho surgiu devido à curiosidade em saber de que forma a ditadura civil-militar agiu em Santarém e quais foram seus agentes envolvidos. No entanto, a concretização deste, se deu por meio das memórias dos narradores que participaram do evento, uma vez que mesmo a memória sendo individual deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social (POLLACK, 1992, p.201).

Alistair Thomson corrobora que “a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas [...]. Que memórias escolhemos para recordar e relatar e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo” (ALISTAIR, 1997, p. 57). Consoante ao autor, as memórias estão em transformação constante dependendo de cada contexto vivido em que as reminiscências variam de acordo com a identidade da pessoa e do meio social.

Desse ponto de vista, a pesquisa buscou responder as seguintes questões: Quais são os fragmentos de memórias dos protagonistas políticos, militares e religiosos que participaram dos acontecimentos? A partir dos relatos orais, quais são as memórias construídas da ditadura na cidade de Santarém- PA?

Dessa forma, a pesquisa se apoiou em relatos de fontes orais onde as informações adquiridas através do diálogo com as pessoas nos possibilitou fazer uma história com pessoas comuns, onde aprofundamos na história dos grupos sociais que sempre estiveram ausentes do processo histórico escrito. Segundo Joan del Alcazar Garrido:

O uso de fontes orais nos permite como dissemos, por um lado, um aprofundamento na história de grupos sociais que, por razões diversas, estiveram marginalizados ou quase ausentes das fontes documentais escritas; de outro lado nos permite penetrar na percepção do processo histórico feita por indivíduos ou grupos concretos. (GARRIDO 1993, p. 43).

Ainda sobre o uso das fontes orais, Verena Alberti afirma que “A entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais e impressões particulares” (ALBERTI, 2004, p. 32). Nessa perspectiva, ao entrevistarmos os grupos que estiveram fora das fontes escritas, passamos a dar vozes, e a entender como foi se formando determinada memória a respeito de um momento histórico.

Conforme preceitua Júlio Pimentel Pinto, “Pela memória, constituímos nosso passado: re coletamos cenas, re conformamos episódios, distinguimos o ontem do hoje, confirmamos termos experimentado um dado passado” (PINTO, 1998, p. 205). No que diz respeito à ideia do autor é possível notar a importância da busca dos fatos ocorridos no passado

por meio da memória, articular suas temporalidades esclarecendo os acontecimentos e transpor assim os relatos para o presente com coerência e reformulação. Dessa maneira, torna-se possível fazer história, haja vista que é necessário compreender as diversas visões de um acontecimento. Sobre esse tema Jorge Ferreira e Angela Gomes argumentam:

[...] o historiador sabe o que aconteceu, mas precisa escrever a história compreendendo os múltiplos e diferentes pontos de vistas dos personagens com quem trabalha. Personagens que não podiam saber o que iria acontecer. Assim, ele deve mostrar a variedade de situações nas quais esses personagens vivenciaram os acontecimentos de seu tempo. Acontecimentos que podiam se apresentar de maneiras muito distintas, sendo avaliados, por uns, como promissores, enquanto por outros, como ameaçadores [...] (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 17).

Em relação à metodologia deste artigo, recorreu-se à pesquisa de campo, a qual se orientou pelo método qualitativo da “história oral temática”, conforme Verena Alberti: “privilegia entrevistas mais curtas e versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2013, p.27). Continuando com o método da história oral, Paul Thompson pontua que: “Toda história depende, basicamente, de sua finalidade social, é por isso que no passado, ela se transmitia de uma geração para a outra, pela tradição oral e pela crônica escrita”. (THOMPSON, 1992, p. 20).

Desta forma, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram o período da ditadura civil-militar em Santarém-PA, uma vez que o método da história oral para Verena Alberti “privilegia a realização de entrevistas com pessoas, que participaram ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto do estudo”. (ALBERTI, 2013, p.24).

Nas palavras de Thompson, “as fontes orais têm sido utilizadas mais comumente em estudos sobre acontecimentos políticos muito recentes que não é possível analisar satisfatoriamente por meio de registros escritos, bem como por biógrafos políticos”. (THOMPSON, 1992, p. 117). Concomitante ao autor, o método histórico baseado em fontes orais tem servido aos propósitos da pesquisa acadêmica, nos estudos sociais e têm sido adotados por cientistas sociais, memorialistas, genealogistas e jornalistas.

O trabalho também está situado na historiografia dentro da chamada história cultural. De acordo com Peter Burke, a nova história cultural que foi redescoberta a partir dos anos de 1970. “Ela é mais eclética, tanto no plano coletivo como no individual”. (BURKE, 2008, p.46). Nesse contexto, o autor verbaliza que o campo teórico da história foi renovado com novos conceitos e paradigmas, o qual passou a ter mais de uma fonte, dentre elas a inspiração de prática e representação, “a história das práticas religiosas e não da teologia, a história da fala e não da linguística, a história do experimento e não da teoria científica”

(BURKE, 2008, p.53). A partir dessas perspectivas, tornam-se possíveis fazer novas histórias com pessoas comuns que estiveram fora das discursões historiográficas.

Deste modo, a história cultural trouxe para o campo da história, práticas culturais e as experiências sociais não somente das classes sociais que produzem, mas as que consomem os bens culturais, tornando-se objeto de preocupação de Roger Chartier:

A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler [...] As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1988, p. 17).

Dessa maneira, o autor propõe que as pessoas são capazes de construir suas próprias histórias, porém, são representadas socialmente de acordo com o grupo a qual pertencem, uma vez que as percepções dos discursos sociais servem para justificar as escolhas e condutas dos indivíduos. Assim, torna-se necessário ouvir nossos entrevistados com respeito e atenção para entender o lugar social que estes representam.

Nesse sentido, para compor a colônia de narradores, priorizamos em entrevistar as pessoas com idades entre 57 a 75 anos que viveram ou testemunharam os acontecimentos da ditadura civil-militar em Santarém-PA. Entre os entrevistados encontram-se o senhor Sinval Ferreira de Azevedo, 67 anos, filho e morador da cidade de Santarém-PA, radialista da Rádio Rural.

O segundo protagonista da pesquisa foi o senhor Eduardo Antônio Silva Xavier, 57 anos, ex-militar combatente do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), localizado na Rodovia Santarém-Cuiabá (BR163). Atualmente, o senhor Eduardo Xavier é funcionário público do município e atua como vigilante. Natural de Belém-PA, o ex-militar mudou-se para a cidade de Santarém aos 12 anos de idade, quando seu pai veio ajudar a construir as docas do Pará, obra desenvolvida em 1967, durante o regime militar como ponto estratégico para escoar mercadoria oriunda da BR 163.

O próximo a compor a colônia de narradores foi o padre Edilberto Francisco Moura Sena 75 anos, formado em filosofia, teologia e comunicação radiofônica, é educador e comunicador popular, atua como padre há 46 anos. É conhecido pela população como “defensor da Amazônia”, por estar engajado pela luta na Região do Grupo de Defesa da Amazônia-GDA. Natural de Belterra-PA (cidade fundada em 1930 pela companhia Henry Ford). E por fim, entrevistamos a Senhora Zenilda Carneiro Brito, com 64 anos de idade, natural da cidade de Santarém - PA, funcionária pública aposentada do Estado e Município.

Após, a coleta dos dados, e das abordagens teóricas disponíveis na historiografia especializada ao tema-objeto deste trabalho, as entrevistas foram transcritas e iniciamos o processo de produção textual da referida pesquisa acadêmica relacionando a base teórica com os dados obtidos na pesquisa de campo.

O artigo encontra-se dividido em duas partes. A primeira parte denominada de “A ditadura civil-militar no Brasil: um diálogo com a historiografia” procura-se debater de acordo com o referencial teórico, as diversas nomenclaturas que surgiu em torno da palavra ditadura destacando a visão dos autores e do contexto histórico. A segunda parte chamada de “Memórias da Ditadura Civil-Militar em Santarém-PA” narra os depoimentos da colônia de narradores, apresentando a construção da memória da ditadura civil-militar que foi se formando na cidade de Santarém-PA.

A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: UM DIÁLOGO COM A HISTORIOGRAFIA

Para continuar a discutir o objeto do trabalho, torna-se necessário entender a operação historiográfica que segundo Michel de Certeau, o historiador é influenciado pelo lugar social a que pertence. Sobre esse fundamento do discurso historiográfico Certeau afirma:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática".(CERTEAU, 1982, p. 56).

Nesse contexto, é fundamental entender que a História como disciplina se organiza de acordo com os interesses de uma instituição. Para o autor, a instituição, as fontes históricas e o lugar social dos indivíduos influenciam no discurso do historiador, tais ideologias perpassam as construções das práticas científicas.

Mediante a estas colocações, falaremos agora sobre os diversos conceitos de ditadura que foi se formando ao longo dos discursos de determinado momento, no qual passou o país, levando em consideração o que Certeau define como operação historiográfica: “Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita*” (CERTEAU, 1982, p. 56). Nas palavras do autor, a produção científica dos historiadores está atrelada ao lugar social a que pertencem.

Nesse sentido, Jorge Ferreira e Angela Gomes, professores da UFF, defendem: o

movimento que derrubou João Goulart foi civil e militar, pois, o presidente perdeu apoio da sociedade civil, e seus aliados militares, com ajuda dos Estados Unidos e da oposição udenista, se concretizou o golpe de Estado civil-militar no dia 02 de abril de 1964 às 2h da manhã quando o senador Auro de Moura Andrade declarou vago o cargo de Presidente da República. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 362). Para afirmar tal argumento os autores enfatizam que os militares não foram os únicos envolvidos no golpe, mesmo sendo seus protagonistas diretos:

[...] os militares não foram os únicos envolvidos nesse evento. O processo de radicalização política à direita e à esquerda foi decisivo para impedir qualquer tipo de solução política negociada para a grave crise que precedeu o golpe. Todos apostavam no confronto, o que evidencia o pouco ou nenhum apreço pela democracia. Mas não foram as esquerdas que deram o golpe; foram grupos civis e militares de direita que se articularam, mesmo com discordâncias internas e sem comando único [...] (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 388-389).

Em consonância com Maria Aparecida de Aquino, da USP, os militares tentaram impor a nomenclatura do golpe de Estado de 1964, “chamando-o de Revolução. Com o passar do tempo, as forças conservadoras passaram a denominá-lo de Movimento. E atualmente, preferem não se referir ao evento catastrófico”. (AQUINO, 2014, p. 191).

Consoante à autora, o que se tentou transmitir por muito tempo ao povo brasileiro foi uma memória usurpada do regime civil-militar, uma vez que transparecia a nação uma versão histórica dos revolucionários de 1964, principalmente quando o General Ernesto Geisel em 1974 assume o poder, retirando alguns elementos autoritários do regime como: a censura prévia, dando início ao retorno da democracia com a “abertura lenta, gradual e segura”. (AQUINO, 2014, p. 202). Esquecendo nesse sentido, as atrocidades cometidas aos agentes que se manifestavam ao contrário à ditadura.

Para Michel de Certeau, “A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter” (CERTEAU, 1982, p. 56). Conforme o autor, a escrita da História se organiza de acordo com os interesses da instituição. Nesse sentido, para Caio Navarro de Toledo, da Unicamp, os vitoriosos de 1964, também justificavam o movimento chamando de Revolução, uma vez que ocorreu contra Goulart, contra a corrupção e contra a subversão. Porém, em um depoimento em 1981, Geisel afirma: “o que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções se fazem por uma ideia, em favor de uma doutrina. Já que o movimento liderado pelas Forças Armadas não era a favor da construção de algo novo no país”. (TOLEDO, 2004, p. 15). Nesse contexto, o autor salienta que os agentes do golpe utilizavam tal pretexto para justificar suas ações, na realidade a classe dominante estava interessada em conquistar novamente o poder.

Ainda sobre os conceitos de ditadura, Toledo refere-se ao regime, como

movimento político - militar de abril de 1964, por ter representado:

[...] de um lado, um golpe contra as reformas sociais que eram defendidas por amplos setores progressistas da sociedade brasileira e, de outro, representou um golpe contra a incipiente democracia política burguesa nascida em 1945, com a derrubada da ditadura do Estado Novo. (TOLEDO, 2004, p. 14).

Dessa forma, Toledo destaca que no período de 1961 a 1964 o Brasil passava por momentos de lutas de classes intensos, dinâmicos e significativo. Com o movimento político-militar, se procurou impedir a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada, uma vez que vários setores das classes de massas populares cresciam no espaço político, ideológico e cultural brasileiro e as elites apenas enxergavam baderna, anarquia, subversão e comunismo com as conquistas dos menos favorecidos no país.

Para Lucilia de Almeida Neves Delgado, da PUC – MG, a história é um processo marcado por rupturas e continuidades. Nesse contexto, com a deposição de Goulart em 1964, se comemorava o fim do governo trabalhista de Jango e o encerramento da Era Vargas. (DELGADO, 2005, p. 486). Haja vista, que as classes dominantes não aceitavam as reformas de bases, inclusive a reforma agrária iniciada no governo de Getúlio e incrementada com Jango por entenderem que ainda continuava o projeto nacional-desenvolvimentista implantado por Vargas.

Delgado se reporta ao golpe como uma ditadura, pois os responsáveis pela deposição de Goulart, além de interromperem a experiência democrática brasileira, “produziram por vinte anos uma prática discricionária, autoritária, arbitrária e excludente” (DELGADO, 2010, p. 143). A autora enfatiza a memória construída a respeito de João Goulart, ressaltando que por vários anos prevaleceu na historiografia o pensamento dos vitoriosos que qualificaram o governo de Jango como “incompetente”, “tíbio” e “débil” tornando-se, incapaz tanto de evitar como de reagir à intervenção militar conservadora (DELGADO, 2010, p. 133).

Delgado também apresenta a formação do silêncio referente ao presidente Goulart que se propagou no país para justificar as ações do regime autoritário, criando assim o esquecimento imposto pela mídia e as caricaturas que disseminaram imagens negativas contribuindo ao enfraquecimento do governo de Jango, ajudaram a desqualificar e a reconhecer por décadas João Belchior Marques Goulart, como importante sujeito histórico da trajetória republicana brasileira (DELGADO, 2010, p. 142).

Dessa forma, Certeau afirma que o discurso acadêmico possui um conjunto de regras a serem utilizadas, mesmo estando essa imposição no silêncio, “toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia,

remete à "subjetividade" do autor" (CERTEAU, 1982, p. 57). No que diz respeito à ideia do autor, a pesquisa histórica embasada no sistema de referência, é quem define o que será feito ou não.

Carlos Fico, professor da UFRJ, "a ditadura no Brasil, foi uma Construção histórica, afirmando que civis apoiaram ou se subordinaram por várias razões ao regime". Desse modo, para compreendê-la até pelo longo tempo que durou, torna-se necessário trazer a tona suas bases políticas e sociais - múltiplas e diferenciadas. (FICO, 2017, p. 32).

Nesse contexto, para os autores o golpe e a ditadura receberam apoio de importantes setores da sociedade, lembrando que este período não surgiu unilateralmente da mente de alguns militares, mas foi tecido por diversos setores que participaram ativamente de todo o processo e pela conjuntura histórica.

Portanto, entender as diversas visões da ditadura civil-militar na historiografia é fundamental identificar o lugar social que os pesquisadores estão inseridos. Michel de Certeau nos precisa que a escrita da História faz parte de uma prática social. "Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio - econômico, político e cultural" (CERTEAU, 1982, p. 57). Ou seja, a escrita da História é fruto de diversos interesses de acordo com os contextos culturais, em que tanto a instituição como o lugar social dos indivíduos influenciam sobre a construção do discurso do historiador.

MEMÓRIAS DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM SANTARÉM-PA

Para entender como foi se construindo as memórias da ditadura civil-militar na cidade de Santarém-PA, desenvolvemos uma pesquisa com a metodologia de história oral, em que priorizamos entrevistar quatro pessoas que participaram e vivenciaram a ditadura civil-militar em Santarém e aceitaram compartilhar conosco suas experiências. Conforme pontua Verena Alberti, é conveniente selecionar os entrevistados que participaram, viveram e presenciaram situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. (ALBERTI, 2013, p.40).

Nesse sentido, "o processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história" (THOMSON, 1997, p. 57). Ou seja, as memórias que relembremos através da história oral, são representações do passado em que no momento das entrevistas os participantes da colônia de narradores também estavam representando seu lugar social.

Entre os narradores encontra-se o radialista da Rádio Rural Sinval Ferreira de

Azevedo, o senhor Eduardo Antônio Silva Xavier, ex- militar do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), o padre Edilberto Francisco Moura Sena e a Senhora Zenilda Carneiro Brito, ex-funcionária aposentada do Estado do Pará e município de Santarém.

De acordo com o relato de um dos nossos entrevistados o senhor Sinval F. de Azevedo, começou a trabalhar na Rádio Rural, em agosto de 1966, após dois anos de fundação da emissora, haja vista, que foi inaugurada em 1964, ano da instauração do regime militar no Brasil. A rádio tinha como gerente naquele momento o senhor Manoel Dutra, que orientava o trabalho do radialista no que diz respeito ao processo de interação social de acordo com o modo de vida da população local.

Sobre esse contexto o radialista comenta como ocorriam os programas naquele momento:

Os programas da Rádio Rural no contexto da ditadura militar eram realizados de forma que tanto locutor como a pessoa do jornalismo não demonstrasse qualquer conotação que o povo estava sofrendo e que o regime estava prejudicando o povo, mesmo a rádio sendo considerada emissora Educadora de Santarém, foi alvo de controle dos militares. Os assuntos vigentes naquele período estavam relacionados sobre os direitos do povo e eram abordados de maneira obscura para não ter ação da Polícia Federal, sendo repassados por meio das pregações do bispo e do jornalismo de forma superficial para evitar punições maiores que talvez fosse tirar a rádio do ar. Já na imprensa escrita, principalmente os panfletos eram transmitidos de forma direta (AZEVEDO,2017).

Como podemos observar na fala de Sinval F. de Azevedo, o regime atuou na cidade de Santarém, e as pessoas tinham que saber conviver com a situação para não serem punidas, pois o modo de vida a partir daquele momento passou há ter outras dimensões políticas, econômicas, religiosas e sociais.

Nessa perspectiva, Marcos Napolitano argumenta que o regime militar montou uma máquina repressiva sobre a sociedade baseada, em um tripé incluindo vigilância, censura e repressão. Em consonância com o autor, o regime politizou a censura para manter o discurso da moral e dos bons costumes:

[...] a censura durante o regime militar tinha um *modus operandi* plenamente reconhecível. Agia muito à vontade na proibição de programas de TV e de rádio [...]. Além da censura, à vigência era um aspecto estratégico para o regime. Sua fundação central era produzir informações sobre pessoas, movimentos sociais, instituições e grupos políticos legais e ilegais [...]. (NAPOLITANO, 2014, p.131).

Ainda, sobre a entrevista de Azevedo, o mesmo narrou que havia divergências políticas com a oposição na seguinte forma:

O movimento militar em Santarém perseguiu os políticos de oposição e as pessoas que por meio da imprensa e através de panfletos anônimos procuravam mostrar sua indignação. Existiam alguns panfletos que circulavam e eram jogados na cidade durante a noite, o qual tentava mostrar a realidade à população. Seus autores tinham conhecimento da parte negativa do regime que ocorria no sul e sudeste do país. Outro

defensor da população, menos favorecida, foi o Bispo da rádio rural Dom Tiago Ryan. Por esse motivo, o mesmo era chamado no comando do 8º BEC várias vezes para prestar esclarecimentos por suas atitudes que ia de encontro ao regime. (AZEVEDO, 2017).

Observamos que a censura ocorrida no país, também acontecia em Santarém, ficando claro no depoimento de nosso entrevistado sobre o modo de vida da população local. De acordo com o depoente a própria liderança religiosa da Igreja Católica sofria problemas com o novo regime como foi observado no relato acima mencionado.

Em relação aos programas musicais, Sinval F. de Azevedo afirma que as músicas deveriam estar em consonância com os critérios militares, na seguinte forma:

Em relação às músicas... lembro muito bem...pra não dizer que não falei das flores...isso não podia ser rodada... e tantas outras como: Caetano Veloso, Gilberto Gil, Chico Buarque de Holanda. A fiscalização era acirrada em relação à rádio, tanto que a música que seria rodada no dia seguinte, eu deveria levar para a Polícia Federal no dia anterior o roteiro musical para ser analisado, onde se ela encontrasse no roteiro alguma música que fosse contra a ditadura, no entender deles ou, que estivesse alertando o povo sobre os problemas do regime, o mesmo era cancelado e a direção da emissora era obrigada a prestar esclarecimento sobre o ocorrido. (AZEVEDO, 2017).

Na fala do radialista compreendemos que os funcionários da rádio rural seguiam as regras do regime naquele momento para não sofrer qualquer repreensão por parte dos militares, mesmo sabendo do sofrimento da população e suas decadências. Dessa forma, o radialista não utilizava a emissora como meio de comunicação com o intuito de contribuir com a formação crítica da sociedade oprimida.

É perceptível naquela ocasião, mesmo que o silêncio fosse imposto sobre a população Santarena, conforme descrito no depoimento de Azevedo, a sociedade de Santarém encontrava maneiras de manifestarem-se contra o movimento. Tais lembranças traumatizantes esperam o momento propício a serem expressas devido à doutrinação ideológica propagada na época (POLLAK, 1989, p. 5).

Segundo Napolitano, a censura incluía a proibição de livros, revistas, programas de rádio, TV e repressão a artistas que foram obrigados a exilarem-se para fugir do regime, sobre este contexto o autor pondera:

A preocupação do sistema de informação – SNI (Serviço Nacional de Informação) era vigiar funcionários públicos civis, movimentações de lideranças políticas, atividades legais ou clandestinas dos movimentos sociais, trajetórias intelectuais e artísticas [...]. A matriz da vigência era os “informes” que compreendiam todas as informações recebidas de agentes informantes, que eram classificados conforme o grau de plausibilidade, qualidade e veracidade da informação [...]. Os artistas mais prestigiados pela crítica e pela classe média intelectualizada estavam no exílio, forçado ou voluntário, como Gilberto Gil, Caetano Veloso, Augusto Boal, José Celso Martinez e Geraldo Vandré. A repressão atingia todas as correntes estéticas e ideológicas que haviam se digladiado na cena cultural no final dos anos 1960 [...].

(NAPOLITANO 2014, p. 132 - 174).

Nas palavras de Sinval F. de Azevedo, o acesso às informações se dava por meio das rádios dos países das fronteiras como: a rádio Havana de Cuba, a Voz da América e PVC de Londres principalmente à noite que a propagação era melhor. As informações para a rádio rural eram oriundas da escuta da Globo e da Tupi pela manhã, bem ruim, que recebiam e repassavam para os ouvintes. Neste sentido, o radialista assegura que devido à repressão em não poder ouvir o programa da Voz do Brasil, tornou-se claro que:

Em relação aos direitos do cidadão não se tinha acesso, a voz do Brasil não entrava direito no ar por ter o sinal ruim, nesse contexto surge à rádio Nacional de Brasília feito com suas antenas e potências máximas voltadas para a Amazônia, possuía um noticiário dirigido de Brasília especialmente para o povo brasileiro da região. (AZEVEDO, 2017).

Na entrevista acima descrita, percebemos que os direitos constitucionais foram interrompidos por não ser permitido o acesso às informações através dos meios de comunicação como é o caso dos programas oriundos das rádios, devido a esse evento, a população sofreu ao longo dos tempos uma determinada deficiência de formação crítica com relação aos seus direitos e deveres.

Em contrapartida aos fatos descritos, outro entrevistado que fez parte da colônia de narradores foi o senhor Eduardo Antônio da Silva Xavier, ex-militar combatente do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC), localizado na Rodovia BR163 Santarém-Cuiabá, que trabalhou no Exército Brasileiro de Santarém durante 10 (dez) anos, no período de 1978 a 1988. Eduardo Xavier verbaliza que havia uma preocupação do exército com relação a sua própria proteção, dessa forma relata:

Ingressei no exército do Brasil em 1978, atuando no grupo de guerrilheiro durante a noite. Meu grupo era obrigado a vigiar o 8º BEC para se evitar possíveis ataques contra a companhia por meio de emboscadas. O meu grupo cometeu algumas atrocidades com algumas pessoas da cidade de Santarém. Nós prendíamos e torturávamos qualquer cidadão que fosse de encontro ao regime, incluindo o bispo local da época Dom Tiago Ryan, entre outros. As torturas aconteciam por diversas causas como, por exemplo, prender o bispo que se negou a celebrar uma missa para a corporação uma vez, que o padre da companhia encontrava-se doente. (XAVIER, 2017).

Analisamos que mesmo o exército brasileiro sendo uma das forças armadas do país, existia certa preocupação por parte da corporação em Santarém como foi mencionada na fala do nosso entrevistado, onde se precavam contra possíveis ataques por meio de emboscadas na instituição, tal medo se dava devido as movimentações sociais que já havia contra a ditadura civil-militar. Outro relato envolvendo a liderança religiosa descrita na fala de Azevedo foi mencionado também pelo senhor Eduardo Xavier. Sobre este contexto, verificamos as

atrocidades cometidas aos cidadãos que tentavam ir de encontro ao regime, como as punições feitas ao bispo da época Dom Tiago Ryan pelas forças armadas em Santarém-PA.

Dessa forma Napolitano corrobora:

[...] O CIE (Centro de Informações do Exército), criado em 1967, tornou-se um dos mais importantes e letais serviços de segurança do regime [...]. Em 1970 foi criado o sistema DOI- Codi (Destacamentos de Operações e Informações-Centro de Operações de Defesa Interna). Onde a nova sigla da repressão estava sob controle direto dos comandos de cada Exército ou região militar [...]. (NAPOLITANO, 2014, p. 133).

Neste sentido, Napolitano argumenta que a tortura fazia parte de um sistema de repressão integrado ao regime militar brasileiro em que apresentava lados ilegais e legais. Os procedimentos se pautavam por “interrogatórios a base de torturas ou execuções dentro da lógica de não fazer prisioneiros”, ou seja, extermínio da pessoa, assim como eram feitos “rituais jurídicos para imputar culpa, dentro dos marcos da Lei de Segurança Nacional”. (NAPOLITANO, 2014, p. 137).

O ex-militar Eduardo Xavier, comenta que existia naquela época uma cadeia subterrânea nas dependências do 8º BEC, onde ficava armazenado um potente arsenal de guerra no qual, o grupamento estava preparado para qualquer eventualidade, inclusive ficava dois servidores de prontidão, armados com material bélico 24 horas. Sobre o assunto, o entrevistado relata:

Aqui em Santarém no 8º BEC têm uma cadeia, fica no paiol, na serra do piquiatuba dentro da mata mesmo. Essa cadeia é subterrânea, inclusive o bispo Dom Tiago ficou preso lá. Eu tirava serviço lá, lá tem granada, arma, tem todo tipo de explosivo. O exército era preparado para atuar, se houvesse alguma guerra ou invasão de inimigos, a corporação estava pronta para agir. Naquele tempo o grupamento era preparado, nós éramos preparados para lutar, ficando dois ou três soldados armados com material bélico de prontidão 24 horas. Nosso preparo era feito com treinamento dia e noite nas matas, se escondendo, uma coisa de guerra, igual filmes que você assiste... Ficávamos camuflados a noite inteira guerreando na mata até às 5h quando íamos para o quartel novamente.

Esse fragmento demonstra, para além de qualquer dúvida, que foram cometidos violência a cidadãos da cidade de Santarém pelos agentes da ditadura civil-militar, sendo que a tortura se configura como um crime divergente aos direitos humanos e contra a humanidade. Dessa maneira, os atos de violência a qualquer pessoa que fosse contrário a nova ordem vigente, eram cometidos sem restrições e nenhuma piedade, por parte dos militares daquela época.

Para o ex-militar Eduardo Xavier, os descasos e fracassos sobre os direitos militares eram muito caóticos, pois:

Em 1981, fui destacado para guarnecer a fronteira do Acre com Venezuela e Bolívia. Em 1988, dei baixa da corporação, devido ter sido alvejado por um tiro durante o serviço que eu desenvolvia na fronteira e por também, ter perdido vários colegas de

farda. Recebia apenas um soldo pelo trabalho, eu entrei na justiça para ser indenizado por causa desse tiro que levei, mas até hoje não recebi nada. Mesmo sendo uma vida difícil, ainda sinto saudades daquele tempo do regime militar, mesmo se ainda existisse ditadura, o Brasil seria mais correto, sem tráfico de droga, sem tráfico de pessoas, não existiriam políticos corruptos, uma vez que seriam presos ou, exterminados, por que a ditadura era bastante rígida (XAVIER, 2017).

É notável no relato, a inexistência de compromisso por parte dos comandantes do regime em relação aos direitos dos militares que faziam parte da corporação. A partir da entrevista, percebemos o interesse dos governantes em querer fazer uso do poder. Vale ressaltar que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. (POLLAK, 1992, p. 203). Comungando com o autor, a memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada.

Para o ex-militar Eduardo Xavier, mesmo não sendo reconhecido pelo governo como esperava, afirma que ainda é de acordo com a ditadura, apesar dos rígidos tratos militares o entrevistado concorda com a política do regime que segundo ele seria uma forma de diminuir o índice de corrupção dos políticos brasileiros e o tráfico de drogas que ambos interferem no desenvolvimento da sociedade de modo em geral.

Compreendemos também que o senhor Eduardo Xavier se frustrou com o Exército Brasileiro por nunca ter sido indenizado durante seus anos de dedicação para servir a Pátria. Portanto, suas lembranças eram irregulares, uma vez, que o ex-militar relembrava acontecimentos aleatórios como o seguinte caso:

Eu presenciei várias torturas, existia um major do exército que torturava em pau de arara os soldados, que não seguissem qualquer instrução repassada, os soldados ficavam a noite inteira amarrados. Onde até mesmo presenciei um homicídio de outro soldado devido ter sido denunciado por um segredo do Oficial. Eu nunca fui torturado, pois, a gente era obrigado a servir a corporação. (XAVIER, 2017).

Na entrevista, analisamos certa desigualdade dos direitos humanos, o que de alguma forma repercutia durante a ditadura civil e militar em Santarém-PA. Nesse contexto Delgado afirma:

História, tempo e memória são processos interligados, nos quais o tempo da memória ultrapassa o tempo individual e se encontra com a história das sociedades. Essa correlação explica porque alguns indivíduos se reportam a determinados contextos de forma saudosistas mesmo sem os ter vivenciado e desqualificam outros sem deles terem sido contemporâneos. Tal postura, inúmeras vezes é explicativa pela valorização e exaltação de algumas conjunturas e ou processos históricos e da desqualificação e esquecimento tácito de outros (DELGADO, 2010, p.125).

Por outro lado, também fez parte desse contexto histórico a senhora Zenilda Carneiro Brito, com 64 anos, ex-funcionária pública aposentada do estado e do município que compartilhou conosco sua visão a respeito da ditadura militar em Santarém-PA. Em 1979 dona Zenilda Brito trabalhava em uma escola estadual e na Prefeitura Municipal de Santarém.

Nas palavras de dona Zenilda Brito:

No tempo do militarismo tudo era normal como se nada estivesse acontecendo, a gente não podia, falar muito, não podia ver defeito dos políticos, quando se via uma coisa errada ninguém podia falar porque era punido. Eu tinha conhecimento do que acontecia, porque se não tinha bandido era porque tinha algo errado, os que pintavam eu só ouvia dizer que desapareciam. Não podia cantar as músicas que eram proibidas pela Polícia Federal, nem saía na rádio, tudo era proibido. De bom só à geração de emprego devido as grandes obras como: a construção do cás do porto, construção do hotel tropical, construção de galerias, construção da Santarém-Cuiabá (BR 163) e a segurança. Não tinha ladrão, não tinha bandido, você podia andar qualquer hora, ninguém roubava você, ninguém mexia com você, não existia violência sexual contra as crianças, se houvesse o acusado seria morto, não tinha nem cadeia. Diferente de hoje, mas o resto tudo era limitado, o povo era vigiado, não tinha greve acho que o pessoal tinha medo, não tinha eleição tudo era do governo. (BRITO, 2017).

Neste sentido, o período da ditadura em Santarém para os opositores do movimento foi de muita apreensão e aflição, uma vez que o regime era autoritário e centralizado nas esferas e nos padrões determinados pelo Governo Federal e gerido pela organização militar das Forças Armadas.

No entanto, para os políticos que apoiavam o governo militar e a população local beneficiada com a geração de emprego devido os desenvolvimentos das grandes obras, o regime foi bom, fato também descrito na fala do entrevistado Sinval F. de Azevedo quando se refere à perseguição apenas dos políticos de oposição mencionado antes neste artigo. Como podemos observar a memória é um fenômeno construído. “O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. (POLLAK, 1992, p. 204). Segundo o autor, a construção da memória individual ocorre devido aos acontecimentos vividos pessoalmente de forma consciente ou inconsciente.

Diante disso, Carlos Fico pondera que durante a ditadura brasileira surgiu no Brasil uma ideia de modernização conservadora, haja vista que esse momento da História foi marcado por repressão e autoritarismo. Portanto, houve “o crescimento econômico do milagre brasileiro, as obras de infraestruturas, os avanços nas telecomunicações” (FICO, 2017, p 29). Nas palavras do autor, o único lado bom do regime foi o crescimento econômico, fato este que deve ser entendido não apenas no contexto da ditadura, mas sim em uma duração mais longa. Conforme mencionado acima por dona Zenilda Brito.

De acordo com Anselmo Colares, o período do Regime Militar foi caracterizado em Santarém por três etapas distintas. Passado as duas primeiras fases da ditadura e quando o PMDB chega ao Poder no Governo do Estado, provoca novas alterações no quadro conjuntural, acentuando-se nesse momento, o número de organizações sociais populares, sob a orientação dos setores progressistas da Igreja Católica, influenciados pela Teologia da Libertação (COLARES, 1997, p. 203).

Nesta temática, o próximo componente a fazer parte deste trabalho foi o padre Edilberto Francisco Moura Sena, 75 anos, natural de Belterra-PA, formado em filosofia, teologia e comunicação radiofônica, ordenado em 1970 e desde 1976 faz programas na rádio rural. Sobre este contexto, o vigário pondera que ainda era frade franciscano no interior de Pernambuco em 1964, e presenciou várias mortes em perseguição aos trabalhadores da cana de açúcar. A partir desse momento, foi mudando seu pensamento a respeito da proteção à vida humana. Para o padre Edilberto Sena, devido à pressão militar houve mudanças constantes no âmbito social, quando:

Em 1967, fui para a América do Norte, retomando para Bahia em 1968, fui presidente do Centro Acadêmico de Teologia, fiz vários encontros com os estudantes da UNE (União Nacional dos Estudantes) na clandestinidade, escondido dos militares. Em 1975 vim para Santarém, à rádio rural ainda funcionava sob vigilância militar e eu comecei a fazer um programa religioso que ainda existe hoje: chamado “bíblia em sua vida hoje”. Fui nomeado formador dos seminaristas aqui em Santarém comecei a fazer o programa de rádio e a estimular os seminaristas a fazer os programas de rádio também. (SENA, 2017).

Conforme observamos na narrativa, “a memória recupera a história vivida, história como experiência humana de uma temporalidade” (PINTO, 1998, p. 209). Na fala do padre percebemos que as diretrizes sobre as decisões das organizações sociais eram completamente aleatórias e clandestinas em relação ao medo que a população tinha a cerca das punições. Nessa contextualização Colares aponta:

Essas organizações, todavia dado à inspiração religiosa cristã, não se envolveram em ações de confronto direto e ostensivo ao regime militar adotando como estratégia (tanto de conquista de novos membros como de entendimento da situação que o país vivia) um trabalho de natureza educativa informal, através da realização de encontros de estudos e formação de lideranças, que obteve grande aceitação nas comunidades. Exercendo uma forte influência na sociedade local, produziam efeitos consideráveis, principalmente no campo político. (COLARES, 1997, p 203).

Desta maneira, o regime civil-militar em Santarém apresentava a mesma linha de direcionamento do restante do País. Nesse sentido, o padre Edilberto Sena relatou que após um dia de trabalho na rádio rural, recebeu uma intimação da Polícia Federal e sua surpresa foi grande e de certa forma esperada, pois, ele era sabedor dos riscos de suas pregações no programa da emissora. Conforme o padre Edilberto Sena, até os programas religiosos eram interrogados e submetidos a concordar com o regime militar, sendo assim:

Quando foi um dia... veio uma intimação para eu comparecer na polícia federal, naquele tempo, uma intimação para a polícia federal era um negócio que assustava a gente e fiquei pensando porque que ele chamou? Tá bom vou lá... avisei o advogado da diocese, avisei o bispo e fui lá na hora marcada, chegou lá eu disse: pronto senhor, ele disse: ah, você é o frei Edilberto? Sou sim senhor. O senhor tem um programa na rádio, um programa de bíblia? Tenho sim senhor. De manhã cedo à gente faz 10 minutos. O senhor sabia que seu programa está sendo censurado? Porque o senhor está instigando o povo. Eu? Eu faço um programa bíblico, uma interpretação do

evangelho. Pois é, mas o senhor está fazendo umas coisas que está preocupando a sociedade, mas eu não tenho consciência disso. (SENA, 2017).

No entanto, a realidade vivida no País no contexto do regime militar ocorreu também na cidade de Santarém, em relação à vigilância. Uma vez que algumas pessoas sofriam com a interferência direta do Governo Federal, por meio da polícia, se quisessem, de qualquer forma, alertar o povo local sobre a ditadura. Como o fato ocorrido com o padre Edilberto Sena que recebeu a ordem do agente da polícia federal, de maneira ameaçadora e determinante, em relação ao seu programa de rádio. Ainda para o entrevistado, sua missão tornou-se libertadora das mãos dos opressores utilizando a bíblia como fonte de transformação social, conforme a entrevista a seguir:

Então vamos fazer o seguinte... Todos os dias o senhor vai escrever seu programa e traz para eu dá uma olhada aqui e ver se o senhor pode fazer ou não pode. Ai nesta hora eu sempre digo que o Espírito Santo me iluminou, eu disse: diretor, o senhor é crente e eu também sou... Eu creio que o senhor sabe que quando a gente ler à palavra de Deus, a gente interpreta inspirado, então eu não preparo o script. Eu o enganei. Eu fazia um roteirozinho. Eu leio a palavra de Deus e o senhor me inspira. Ele sorriu para mim e disse: tá bom frei então se cuide, faça sua interpretação e se cuide. Tá bom muito grato e tchau (SENA, 2017).

“Mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida” das pessoas (POLLAK, 1989, p 14). Desta forma observamos como nosso entrevistado burlou a autoridade do regime militar tornando-se protagonista da história e lutando contra a ditadura. “Como principais resultados da atuação mais engajada dos setores progressistas da igreja, podemos citar o surgimento de várias associações de moradores, do movimento estudantil e a organização dos trabalhadores rurais, que resultou na conquista do sindicato da categoria, no final da década de 80” (COLARES, 1997, p. 204).

De acordo com a narrativa do padre Edilberto Sena, a ditadura militar era tão rígida que até o Bispo da igreja católica de Santarém-PA tinha medo de sofrer consequências em função de suas atitudes missionárias da seguinte forma:

Na década de 80, nós fazíamos um trabalho de comunidade eclesial de base, quando no Brasil inteiro se fez um movimento chamado panela vazia, em que os grupos mais conscientes decidiram fazer uma passeata na rua batendo panela. Nós resolvemos fazer aqui em Santarém também, nós tínhamos um grupo de militantes no bairro do Mapiri / Liberdade e outro grupo de militantes no bairro da Interventoria, lá estava o frei Miguelão, aqui o frei Leão, eu trabalhava com o frei Miguelão. Nós combinamos então de fazer uma panela vazia, marchar até a Praça de São Sebastiao, mas como a situação não era tão fácil, nós fomos ao Dom Tiago e falamos: Dom Tiago nós vamos fazer a marcha da panela vazia, mas, queremos que o senhor vá lá na praça nos receber... Ele disse: vocês são doidos? Eu respondi: Por quê? Não estão vendo a situação que tá? Então falamos: Dom Tiago nós podemos estar doido, mas, nós queremos que o senhor vá lá para nos receber. Dom Tiago concordou. Tá bom eu vou... No dia certo, na hora certa o grupo da liberdade foi caminhando e cantando, quando chegou à praça, os grupos se encontraram e esta estava totalmente cercada de policiais militares com escudos e cassetetes, a cada três metros estava um soldado. Os

grupos pararam um enfrente ao outro. E os líderes se perguntavam: e agora vamos ou não vamos? Uma das líderes, dona Léia, dizia frei vão embora... Eles vão pegar vocês. Eu respondi: mas como nós vamos embora agora e deixar vocês aqui? Nós não vamos não... Vamos assim mesmo. Então é o seguinte combinamos em caminhar sem mexer com eles. Dom Tiago estava no meio da praça. Ai fomos caminhando e os soldados não puderam fazer nada por que nós não fizemos nada, nós só caminhamos, chegando lá embaixo da mangueira onde estava Dom Tiago. Ele disse: meus filhos, vamos rezar um pai nosso. Rezamos o pai nosso. Pronto, agora vocês retornem silenciosamente para casa, vocês já cumpriram a missão, voltem para casa tranquilo, para não terem problema. Ai, nós voltamos para casa. Experiência da panela vazia (SENA, 2017).

Neste relato, constatamos mais um acontecimento envolvendo o bispo Dom Tiago Ryan, e percebemos como os cidadãos tinham uma visão do contexto político do momento, haja vista, ao mesmo tempo que queriam enfrentar o regime, tinham cautela em suas ações conforme descrito em nossa entrevista, quando os militantes dos movimentos sociais terminaram a manifestação da panela vazia apenas fazendo uma oração, não concluindo seu objetivo. Neste sentido, “o embrião desse trabalho foi a Catequese Urbana da Diocese de Santarém, cujo início deu-se no ano de 1972, sob a orientação do franciscano Frei Miguel, voltada para a formação de lideranças em vários bairros da cidade” (COLARES, 1997, p 203).

Outra experiência compartilhada pelo padre Edilberto Sena, foi a história de um casal perseguido pela ditadura em que a solução consistiu no exílio para manterem-se vivos:

Um casal da família Hoyos perseguido pela ditadura fugiu de Santarém por serem estudantes, esquerdistas. Esse casal foi exilar-se na Europa. Em 1982, Dona Dirce Hoyos voltou à cidade, enquanto seu esposo permaneceu no exterior. Nesse período, eu atuava como vigário e morava em um barraco de palha construído pelos moradores no bairro do Santarenzinho que era considerado na época como o fim da cidade, não tinha luz elétrica, nem água encanada. Então, começamos a discutir juntos com a comunidade a construção de poços artesanais para abastecer os moradores, uma vez que a água existente era do igarapé. Junto as famílias fomos fazendo a campanha do poço comunitário, para cada dez famílias fazia coleta e furava um poço. Dona Dirce chegou nessa época em Santarém, ouviu falar do meu trabalho e quis ajudar... Ela foi lá comigo e disse: ouvi falar do seu trabalho lá no bairro, eu quero ajudar vocês, eu tenho possibilidades lá com minhas amigas da Suíça para arranjar recursos financeiros e desenvolver a campanha do poço. Eu disse... Legal, e também estamos organizando nossa associação de moradores, ela disse: já ouvi falar, eu queria ajudar você também porque tem todo um processo legal para instituir uma associação de moradores. Eu respondi: tá ótimo vou marcar uma reunião e a senhora vem. Ai marquei, uma reunião com a comunidade, no barracão comunitário. Então Dona Dirce vem à reunião e começa a explicar que uma associação legalizada tem força, o pessoal foi se animando, marcamos outra reunião já para começar a discutir o estatuto. À noite quando estávamos lá na reunião, ela tentando explicar, de repente alguém disse assim, tem alguém espionando ai do lado de fora, quando disseram é a polícia federal, ai o pessoal se assustou, no mesmo instante acabou a reunião. No dia seguinte, os moradores me falaram, padre nós não queremos essa mulher aqui ela é comunista, olha a polícia federal aqui atrás de nós, ninguém quer mais ela aqui. Ai, tive que falar com dona Dirce explicar a situação que o pessoal estava com medo, ela disse: tudo bem, eu entendo perfeitamente, vou te ajudar daqui da cidade pra lá, não vou mais no bairro... Sei que dessa forma, estruturamos a primeira associação de moradores legalizados em Santarém (medo da polícia federal) (SENA, 2017).

Neste caso, averiguamos a veracidade das atrocidades contra a população santarena,

exposta no fato do casal exilar-se em outro país para sobreviverem. Percebemos que a população local tinha medo das forças armadas, constatadas no episódio dos moradores ao recusarem a ajuda da senhora Dirce por acreditarem ser comunista.

Comungando com Anselmo Colares:

A educação informal, ou não institucionalizada, que passou a ser desenvolvida pelas organizações populares surgidas principalmente a partir do trabalho da Catequese Urbana da Diocese, constitui-se em importante instrumento para que uma parcela da população começasse a discutir formas alternativas na busca de soluções face aos problemas sociais que se intensificavam e que não eram resolvidos pelo poder público. (COLARES, 1997, p. 204).

Desta maneira, a ditadura existiu e se mostrou eficaz em diferentes formas, como a violência política e a violação dos direitos humanos. Um dos pilares da ditadura foi a Doutrina de Segurança Nacional, (QUADRAT, 2011, p. 251) que era a prática de “afrontar” instituições ou pessoas que proclamassem ou sugerissem discursos que viessem a soar contrariamente aos princípios do regime, com gestos ou atos, violentos ou não. De acordo com a autora, além de a nova doutrina combater o inimigo interno, tornou-se um excelente controlador social, uma vez que qualquer cidadão era responsável pela segurança do país.

Para tanto, a história oral nos permitiu fazer uma história do tempo presente, por meio das vivências de nossos entrevistados acerca da ditadura civil-militar em Santarém, sendo que “a memória gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas” (THOMSON, 1997, p. 57). A luz do autor, a memória desempenha um papel de intermediária entre as temporalidades e a narrativa histórica escrita constitui a concretização e imobilização da memória do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No artigo, observamos que a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964, causou forte impacto social sobre a população da cidade de Santarém, no Estado do Pará, deixando marcas indeléveis na memória social e individual da cidade, mas principalmente na memória daqueles que participaram daquele contexto histórico, seja como protagonistas do processo, como vítimas, expectadores ou testemunhas dos fatos.

Percebemos nos relatos mencionados pelos participantes desse momento histórico que, mesmo Santarém sendo considerada Área de Segurança Nacional, e apesar do temor da sociedade civil em relação à repressão dos militares, os sujeitos históricos que se colocavam contrário à ditadura, conseguiam burlar as regras repressivas que o Regime lhes impunha.

No entanto, verificamos diferentes leituras acerca da ditadura civil-militar em Santarém, como por exemplo, a visão de dona Zenilda Carneiro Brito que aponta em seus relatos o lado positivo do regime, ao se referir as grandes obras desenvolvidas durante a ditadura com a modernização da cidade e geração de emprego no então *boom* do milagre econômico.

Entretanto, para outros, a pesquisa apresenta a negatividade da ditadura marcada pelas violências reais e terríveis, perpetradas pelos participantes do golpe militar conforme os relatos apontados pelo radialista Sinval Ferreira de Azevedo, o padre Edilberto Francisco Moura Sena e do ex-militar Eduardo Antonio da Silva Xavier, quando se referem às atrocidades cometidas contra Dom Thiago Ryan ou qualquer cidadão que fosse de encontro ao regime. Dessa maneira, verificamos que “a repressão foi altamente seletiva [...] o governo podia arbitrar entre reprimir ou estimular dado setor, decidindo entre diretrizes diversas encaminhadas por suas agencias, como ocorre em qualquer governo” (FICO, 2017, p. 22).

Portanto, consideramos que o trabalho alcançou de modo satisfatório os objetivos a que se propôs, qual seja, o de apresentar as memórias da ditadura civil-militar da sociedade santarena como nos mostrou os impactos causados pela ditadura na cidade. Nesse sentido, o método da história oral foi fundamental para que nos acercássemos do objeto de estudo e pudéssemos remontar a memória social a partir dos relatos fornecidos pelos sujeitos históricos, uma vez que a memória é construída coletivamente e sofre transformações constantes (POLLAK, 1992, p. 201). Nesse sentido, o autor frisa que os elementos constitutivos da memória são os acontecimentos vividos pessoalmente, ou acontecimentos vividos pelo grupo a qual a pessoa se sente pertencer.

Dessa maneira, por meio dos relatos da colônia de narradores foi possível o acesso à memória individual da ditadura civil-militar em Santarém-PA, ainda que fragmentada, nos permitiu fazer um recorte dos acontecimentos da época, o que tornou viável o desenvolvimento de novas histórias, e, nesse processo proporcionou vozes aos sujeitos históricos, a indivíduos que estiveram ausentes das narrativas historiográficas anteriores, mas também visibilidade às representações sociais dos grupos sociais diretamente afetados pelos eventos da ditadura.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Da Implantação de Programas de História Oral. In: **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro. FGV. 2013, p. 24-48.

ALBERTI, Verena. Entrevista. In: **Manual de História Oral**. 3. Ed. Rio de Janeiro. FGV. 2013, p. 30-203.

AQUINO, Maria Aparecida de. Brasil: 1964-2014 uma comemoração possível. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.15, n.22, 2014.

AZEVEDO, Sinval Ferreira de. Radialista da Rádio Rural de Santarém-PA, entrevista concedida a Ana Cláudia dos Anjos Lopes, 15 de fevereiro de 2017.

BRITO, Zenilda Carneiro. Ex-funcionária aposentada do Estado e Município de Santarém-PA, entrevista concedida a Ana Cláudia dos Anjos Lopes, 15 de março de 2017.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sérgio Góes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. – Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Instituto de Cultura Portuguesa, 1985.

COLARES, Anselmo Alencar. **Sociedade e Educação em Santarém-PA**: estudo do período em que o Município foi área de Segurança Nacional (1969-1984). Campinas: Unicamp, Anais do IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "história, sociedade e educação no Brasil", 1997. Disponível em: < <http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. O governo de João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. Rio de Janeiro: *Tempo*. Revista do Departamento de História da UFF, vol. 18, p. 123 - 144, 2010.

FERREIRA, Jorge. GOMES, Angela de Castro. **1964 O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2014.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 – 47. Jan./abr. 2017.

GARRIDO, Joan del Alcazar. **As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate**. In: *Revista Brasileira de História – Memória, História, Historiografia: Dossiê Ensino de História*. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, vol. 13, n. 25/26, 09/1992 – 08/1993.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, p. 43-67/ 119-204, 2014.

PINTO, Júlio Pimentel. **Os Muitos Tempos da Memória**. Projeto História, São Paulo, (17), nov. 1998.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

QUADRAT, Samantha Viz. **Ditadura, violência, política e direitos humanos na Argentina, no Brasil e no Chile.** In AZEVEDO Cecília; Ronald Raminelli. História das Américas: novas perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

SANTOS, Creuza Andréa Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para apresentação de trabalhos científicos da UFOPA.** Santarém: UFOPA, 2016.

SENA, Edilberto Francisco Moura. Padre da Diocese de Santarém-PA, entrevista concedida a Ana Cláudia dos Anjos Lopes, 03 de março de 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – História Oral. (Trad. Lólio Lourenço de Oliveira) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e memória.** In: Revista Projeto História, n. 15, Abr. São Paulo: 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol. 24, núm. 47, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. Conselho superior de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução de n. 187 de 23 de Fevereiro de 2017.** Guia de Normatização da Produção Científica da Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém-PA: UFOPA, 2017.

XAVIER, Eduardo Antônio Silva. Ex-militar do Exército Brasileiro, entrevista concedida a Ana Cláudia dos Anjos Lopes, 17 de fevereiro de 2017.

ANEXO (S)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PESQUISA
COORDENADORIA DE PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

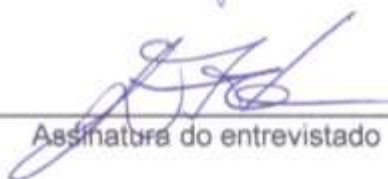
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida ao Projeto de História Oral "PESQUISA DE CAMPO PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA", em

15 de junho de 2017, perante a pesquisadora
Cina Claudina dos Anjos Lopes.

- a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 15 de junho de 2017.


Assinatura do entrevistado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PESQUISA
COORDENADORIA DE PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida ao Projeto de História Oral "PESQUISA DE CAMPO PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA", em

17 de fevereiro de 2017, perante a pesquisadora
Ana Cláudia dos Anjos Lopes.

- a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 17 de fevereiro de 2017.


Assinatura do entrevistado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PESQUISA
COORDENADORIA DE PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida ao Projeto de História Oral "PESQUISA DE CAMPO PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA", em

10 de março de 2017, perante a pesquisadora Anna Cláudia dos Anjos Lopes.

- a) Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- b) Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 10 de março de 2017.

Edilberto M. Silva

Assinatura do entrevistado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
DIRETORIA DE PESQUISA
COORDENADORIA DE PROJETOS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA ENTREVISTA

Autorizo a divulgação, sem fins lucrativos, pela Universidade Federal do Oeste do Pará, na forma impressa e/ou em vídeo, da entrevista por mim concedida ao Projeto de História Oral "PESQUISA DE CAMPO PARA CONCLUSÃO DO CURSO DE HISTÓRIA", em

15 de março de 2017, perante a pesquisadora
Ana Cláudia dos Anjos Lopes.

- Na forma preconizada pela legislação nacional, o DEPOENTE, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.
- Fica a Universidade Federal do Oeste do Pará plenamente autorizada a utilizar o referido depoimento, no todo ou em parte, editado ou integral, inclusive cedendo seus direitos a terceiros, no Brasil e/ou no exterior.

Santarém-PA, 15 de março de 2017.

Assinatura do entrevistado